



O PERCURSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SÍNODO

Etapas das Igrejas locais (Dioceses e Eparquias)

- primeiro semestre de 2027 -

[Texto original: italiano.]

FAZER MEMÓRIA

Acompanhar a preparação da
Assembleia de avaliação
da Igreja local

Notas para uso dos Bispos
e das equipas sinodais

- 27 de julho 2026 -

ÍNDICE

Introdução

1. Preparar o relatório narrativo

- a) Recolher a memória
- b) Reconhecer os sinais e as dinâmicas de transformação
- c) Dar forma ao relatório narrativo

2. Preparar e viver a Assembleia de avaliação

- a) A preparação da Assembleia
- b) O desenvolvimento da Assembleia
- c) Os frutos da Assembleia

3. Materiais de referência

- A. Calendário do processo
- B. A etapa do «Fazer memória»
- C. A equipa sinodal diocesana ou eparquial
- D. Para o relatório narrativo
- E. A Assembleia de avaliação
- F. O papel das equipas sinodais nacionais ou regionais
- G. O apoio da Secretaria Geral do Sínodo

«Ao regressarem,
os Apóstolos contaram a Jesus
tudo o que tinham feito.» (Lc 9, 10)

Estas Notas pretendem **acompanhar as Igrejas locais na preparação e celebração da Assembleia de avaliação, prevista para o primeiro semestre de 2027** e que constitui o ponto culminante da etapa das Igrejas locais (Dioceses e Eparquias) no percurso de implementação do Sínodo, intitulada «**Fazer Memória**».

Na Sagrada Escritura, **fazer memória** significa reconhecer a fidelidade de Deus na história para aprender a discernir o presente e abrir-se ao futuro que Ele prepara, muito mais do que voltar simplesmente o olhar para o passado. Israel aprende a reler o seu caminho recordando as grandes obras do Senhor; Jesus convida os discípulos a reconhecer aquilo que Deus realizou através da sua missão; as primeiras comunidades narram os acontecimentos vividos para discernirem, em conjunto, a ação do Espírito. Também a Assembleia de avaliação se insere neste dinamismo espiritual: é a ocasião em que uma Igreja local se reúne para narrar aquilo que o Senhor fez amadurecer no caminho percorrido, dar graças por isso e deixar-se orientar, com renovada confiança, para os passos seguintes da missão.

A referência fundamental para todo o percurso de implementação do Sínodo continua a ser o **Documento Final (DF)**, na sua totalidade. As *Pistas para a fase de implementação do Sínodo 2025-2028*, publicadas em 29 de junho de 2025, apresentam o enquadramento eclesial, o significado e o método deste processo. O documento *Rumo às Assembleias 2027-2028. Etapas, critérios e instrumentos para a preparação* (20 de maio de 2026) oferece indicações mais específicas para acompanhar o itinerário de tomada de consciência e de avaliação do caminho percorrido. As presentes *Notas* inserem-se na continuidade desses textos e pressupõem o seu conteúdo.

Todos os documentos relevantes para o processo de implementação do Sínodo encontram-se disponíveis no sítio www.synod.va. Contudo, por razões de ordem prática, a terceira parte destas *Notas* reúne alguns excertos dos documentos de referência, sobretudo os de caráter mais operativo. Ao longo do texto, sempre que oportuno, serão feitas citações desses materiais presentes nesse capítulo.

A preparação da Assembleia exigirá um empenho específico. O seu fruto dependerá, antes de mais, **da disponibilidade das comunidades para se deixarem conduzir pelo Espírito Santo** e, depois, do cuidado posto na organização e da qualidade dos instrumentos utilizados, que também são importantes. O núcleo deste trabalho consiste em recolher e compreender aquilo que as comunidades viveram durante o processo de implementação do Sínodo, colocando em diálogo experiências diversas, para reconhecer, em conjunto, aquilo que o Senhor fez amadurecer e os novos passos para os quais chama a sua Igreja.

É nesta perspetiva que estas *Notas* **pretendem apoiar todos aqueles que são chamados a orientar e animar este processo**. Dirigem-se, em primeiro lugar, aos Bispos, que dele são os responsáveis, e às equipas sinodais. Onde estas ainda não existirem, a sua constituição

representa uma prioridade urgente para garantir uma adequada preparação da Assembleia¹. As *Notas* não pretendem propor um modelo rígido a aplicar, mas sugerem um possível modo de proceder, oferecendo **perguntas, critérios e algumas indicações práticas** que possam ajudar cada Igreja local a preparar e viver esta etapa do caminho.

Como acontece com todos os subsídios oferecidos pela Secretaria do Sínodo, também estas *Notas* deverão **ser adaptadas às situações locais** através de um processo de discernimento que cada Igreja local realizará a partir da sua própria história, das suas características, do contexto sociocultural em que vive, das suas dimensões, das suas formas de organização, das suas possibilidades e dos seus ritmos².

A Assembleia constitui uma oportunidade preciosa para fazer crescer, em cada Igreja local, a capacidade de avaliar o caminho percorrido de forma autenticamente eclesial e sinodal (cf. DF 95-102). **Avaliar significa, antes de tudo, um exercício de gratidão e de verdade:** percorrer novamente o caminho realizado, reconhecer os frutos alcançados, as dificuldades encontradas e, numa atitude de **docilidade à ação do Espírito**, identificar os passos seguintes para os quais o Senhor chama a comunidade. **Deste modo, a avaliação contribui para moldar uma Igreja cada vez mais capaz de conversão.** Se este estilo entrar progressivamente na vida ordinária das nossas Igrejas, a Assembleia terá já produzido um dos seus frutos mais preciosos³.

Cada Igreja local terá uma história diferente para contar. Algumas terão já experimentado mudanças significativas nas relações, nos processos de decisão, na corresponsabilidade ou na missão. Outras terão intuído novos caminhos, ainda frágeis, mas promissores. Outras ainda descobrirão que o primeiro fruto deste percurso foi aprender a escutar-se de maneira diferente e a praticar a conversação no Espírito. Para algumas Igrejas, esta Assembleia poderá representar apenas um dos primeiros passos de um itinerário mais longo de renovação sinodal. **Cada Igreja local é convidada a reconhecer, com sinceridade, como acolheu a ação transformadora do Espírito, a avaliar os frutos das opções realizadas e a prosseguir o caminho iniciado com renovada consciência.**

Como recordou o Santo Padre Leão XIV: «A sinodalidade não é um conjunto de reuniões, nem um método de trabalho. É um estilo espiritual. Nasce do encontro, cresce na escuta e amadurece no discernimento. A verdadeira questão não é quantas conversas conseguiremos organizar, mas qual será a qualidade evangélica dos nossos encontros. Quando nos escutamos com humildade e liberdade, deixando espaço ao Espírito, as nossas conversações deixam de ser uma simples troca de ideias para se tornarem um lugar de conversão, onde crescemos juntos na fidelidade ao Senhor.» (*Discurso na conclusão dos trabalhos do Consistório Extraordinário*, 27 de junho de 2026). Nesta perspetiva, a preparação e a celebração da Assembleia convidam cada Igreja local a reler o caminho percorrido como uma experiência de conversão comunitária, **interrogando-se sobre a forma como a escuta, o discernimento, a corresponsabilidade e a missão vão progressivamente moldando o estilo de vida da comunidade.**

A preparação e a realização da Assembleia não esgotam a implementação do Sínodo por parte das Igrejas locais; representam apenas um momento de verificação de um processo que vai

¹ Cf., na terceira secção do presente texto, C: *A equipa sinodal diocesana ou eparquial*.

² As equipas sinodais nacionais ou regionais podem também acompanhar e ajudar neste trabalho de inculturação; cf. F: *O papel das equipas sinodais nacionais ou regionais*.

³ Cf. E.1: *O sentido das Assembleias e o termo “avaliação”*.

configurando, pouco a pouco, o rosto de cada Igreja local, as suas relações e o seu estilo, através de opções, dinâmicas, modos de proceder e estruturas sinodais⁴.

As presentes *Notas* articulam-se **em duas partes estreitamente ligadas** entre si. A primeira acompanha o trabalho da equipa sinodal na **elaboração do relatório narrativo**. A segunda oferece algumas orientações para a **preparação e a realização da Assembleia de Avaliação**, na qual a Igreja local será chamada a acolher e aprofundar esse relatório e a redigir uma *Carta às Igrejas*. Finalmente, a terceira parte reúne alguns materiais de referência, para facilitar a sua consulta ao longo do percurso.

1. Preparar o relatório narrativo

«À luz do caminho percorrido após a conclusão do Sínodo 2021-2024 e tendo em vista oferecer os seus frutos, como dom, às outras Igrejas e ao Santo Padre: que rosto concreto de Igreja sinodal missionária e que novos caminhos de sinodalidade estão a emergir na nossa comunidade?»

Esta pergunta acompanha a Igreja local no exercício de **fazer memória** do caminho percorrido e de tomar consciência dos seus frutos. Convida a olhar, com gratidão e sinceridade, para a experiência recente da comunidade, reconhecendo como o Senhor acompanhou o seu caminho e a que novos passos a chama.

O sujeito desta etapa é a Igreja local, em todas as suas expressões. Todo o Povo de Deus é chamado a dar o seu contributo, segundo a diversidade dos carismas, das vocações e dos ministérios. O relatório narrativo nasce da escuta do Povo de Deus e do discernimento realizado em conjunto; por isso, é importante criar espaços e ocasiões que favoreçam a escuta recíproca, a participação e o discernimento comunitário. Neste percurso, o Bispo, os organismos de participação e a equipa sinodal exercem responsabilidades distintas, mas complementares.

- **O Bispo**, princípio de unidade da Igreja local, convoca o Povo de Deus para viver esta etapa do caminho e vela pelo seu significado eclesial. Convoca os organismos de participação, em particular o Conselho Presbiteral e o Conselho Pastoral diocesanos (ou eparquiais). **Nomeia a equipa sinodal e acompanha de forma contínua o seu trabalho, seguindo os seus desenvolvimentos e dialogando com ela nas diferentes fases da preparação.** No exercício do ministério que lhe é próprio, garante o caráter eclesial do processo, recorda os critérios do discernimento evangélico e reconhece o relatório narrativo e a carta às Igrejas como expressão autêntica do caminho realizado pela Igreja local. Deste modo, os frutos do processo tornam-se património comum e podem orientar a continuação do caminho.
- **Os organismos de participação**, especialmente o Conselho Presbiteral e o Conselho Pastoral diocesanos (ou eparquiais), constituem os lugares ordinários de corresponsabilidade e discernimento eclesial. Ajudam o Bispo na definição do processo, na releitura do caminho percorrido e no reconhecimento dos frutos alcançados. Sempre que possível, deverão envolver também representantes dos Conselhos paroquiais.

⁴ Cf. A: *Calendário do processo*; B: *A etapa do «Fazer memória»*.

- **A equipa sinodal** presta um **serviço de animação e de facilitação ao serviço da Igreja local**. Envolve pessoas, paróquias, comunidades de vida consagrada, associações, movimentos e instituições; recolhe materiais, promove o diálogo e cria as condições para que a Assembleia decorra de forma verdadeiramente construtiva. Com o acompanhamento do Bispo, a sua missão consiste em ajudar a Igreja local a reconhecer aquilo que o Espírito Santo está a fazer amadurecer na sua vida. Por isso, é chamada a viver o próprio serviço como uma experiência de discernimento eclesial, cultivando a oração comum, a escuta da Palavra de Deus e a conversação no Espírito⁵.

Com o apoio da equipa sinodal, a Igreja local é chamada a viver um percurso articulado em três movimentos⁶, que se interligam continuamente entre si e conduzem progressivamente à elaboração do relatório narrativo.

a) Recolher a memória

A elaboração do relatório narrativo começa pela escuta da vida da comunidade, através do testemunho das pessoas e das comunidades e dos diversos materiais que conservam a memória do caminho percorrido. Recolhê-los cuidadosamente significa ajudar a Igreja local a fazer memória da sua caminhada, evitando perder intuições que nasceram da escuta do Espírito. A primeira tarefa da equipa sinodal consiste precisamente em reunir tudo aquilo que possa testemunhar o percurso vivido pela comunidade ao longo dos últimos anos. Tratar-se-á, em parte, de materiais já existentes — **documentos, relatórios, contributos ou outros textos** preparados durante o processo sinodal; noutros casos será necessário recorrer à memória das **pessoas** e das **comunidades**, envolvendo também os párocos e valorizando o contributo das diversas expressões da Igreja local.

Não se trata de repetir a consulta realizada em 2021, mas de recolher a memória do caminho percorrido desde então e reconhecer aquilo que continua a ser fonte de vida para a Igreja, colocando-nos todos diante do Senhor.

Será importante recolher **experiências provenientes dos diversos âmbitos da vida eclesial**, para reconhecer de que modo a comunidade está a crescer num estilo cada vez mais sinodal: a pastoral ordinária, a vida das paróquias, o contributo das pessoas consagradas, das associações e dos movimentos, os organismos de participação, o trabalho com os jovens e as famílias, a iniciação cristã, a liturgia, a formação inicial e permanente — incluindo os percursos dedicados à sinodalidade — as iniciativas missionárias, o serviço da caridade e da justiça, a educação e a cultura, bem como o compromisso ecuménico e inter-religioso. Entre todos estes âmbitos, deverá ser dada particular atenção **àqueles em que a Igreja local mais investiu ao longo destes anos**. Para esse efeito, a terceira parte destas *Notas* retoma alguns temas e pontos de atenção já apresentados no documento *Rumo às Assembleias 2027-2028*, que poderão servir de ajuda neste trabalho⁷.

⁵ Cf. C.3: *As equipas sinodais e os organismos de participação*.

⁶ Na medida do possível, a Secretaria Geral do Sínodo está disponível para acompanhar as Igrejas locais; cf. G: *O apoio da Secretaria Geral do Sínodo*.

⁷ Cf. D: *Para o relatório narrativo*.

Para dar horizonte a este esforço, poderão ser úteis perguntas como:

- Que aspetos da ação do Senhor nestes anos mais **nos surpreendem?**
- Que **palavras da Sagrada Escritura** têm iluminado o caminho da comunidade ao longo destes anos?
- Que motivos **de gratidão** estão a surgir?

Vale a pena deter-se também naquilo que facilmente poderia passar despercebido: as **dificuldades** encontradas, as resistências à renovação, os bloqueios que dificultaram o caminho, as tentativas que não produziram os resultados esperados e as questões que permanecem em aberto; mas também as **intuições** e os processos que começam apenas a encontrar uma primeira expressão e as transformações ainda discretas. Fazer memória do caminho vivido significa reconhecer não apenas aquilo que já atingiu plena maturidade, mas também aquilo que está a emergir quase impercetivelmente ou a ganhar forma; significa igualmente dar voz às experiências dos **jovens** — incluindo seminaristas e pessoas consagradas em formação — e **daqueles que vivem nas margens** da vida habitual da comunidade.

Nesta fase ainda não é necessário estabelecer o que é mais importante. A tarefa é guardar cuidadosamente tudo o que emerge da vida da comunidade. Será o trabalho posterior de releitura que permitirá reconhecer aquilo que constitui verdadeiramente um sinal e merece integrar o relatório narrativo. Experiências diferentes, vividas em lugares e momentos distintos, poderão então **ser progressivamente reconhecidas como partes de uma única experiência eclesial partilhada.**

b) Reconhecer os sinais e as dinâmicas de transformação

Depois de concluída a recolha de materiais e de testemunhos, o trabalho da equipa entra na sua fase mais delicada. Chega o momento de se deter sobre tudo o que foi recolhido, pôr em diálogo as muitas vozes, escutar as diferentes ressonâncias e deixar emergir o seu significado. É este o trabalho que nestas páginas é designado por «**releitura**»: **uma escuta partilhada da experiência, vivida na oração e à luz da fé e da Palavra de Deus, para reconhecer aquilo que o Senhor está a fazer amadurecer na vida da comunidade.** Sempre que possível, este trabalho deverá decorrer segundo o estilo da conversação no Espírito.

Toda esta releitura é orientada pela pergunta fundamental que acompanha o percurso e que foi apresentada no início desta secção. Respeitando a liberdade de cada Igreja local para escolher o método mais adequado ao seu contexto e aos tempos disponíveis, podem distinguir-se três momentos que ajudam a realizar esta releitura.

Reconhecer os sinais. Nem tudo aquilo que foi recolhido assume a mesma relevância. Algumas experiências, testemunhos, mudanças, dificuldades enfrentadas ou processos iniciados adquirem progressivamente o valor de «sinais» quando, acolhidos e relidos em conjunto, na oração e à luz da fé, ajudam a reconhecer de que modo o Senhor está a conduzir o crescimento da comunidade. Poderá ser útil perguntar:

- Que experiências, testemunhos, mudanças, dificuldades ou processos parecem revelar algo de particularmente significativo acerca do caminho da nossa Igreja?
- Em quais deles podemos reconhecer a ação do Senhor e do seu Espírito?

Escutar os sinais. A escuta dos sinais exige tempo. Por isso, sempre que possível, será útil regressar mais do que uma vez àquilo que foi identificado no momento anterior. O tempo permite descobrir aspetos que inicialmente permaneceram em segundo plano e, pouco a pouco, reconhecer o seu verdadeiro significado. Assim se aprofunda a compreensão do caminho percorrido. Para escutar os sinais no seu conjunto, algumas perguntas poderão ser de ajuda:

- O que nos toca quando nos detemos diante desses sinais?
- Para que sentimos que o Senhor nos chama?
- Que compreensão do caminho está a amadurecer?

Reconhecer os processos de transformação. Quando são relidos em conjunto, os sinais permitem identificar os processos de transformação que atravessam a vida da comunidade. Estes manifestam-se no crescimento das pessoas, na renovação das relações, dos processos e das estruturas eclesiais, revelando os caminhos de conversão e de reforma através dos quais o Senhor continua a renovar a sua Igreja. Neste discernimento, as **três conversões** indicadas pelo Documento Final (cf. DF, n.º 11) constituem um critério particularmente valioso para interpretar aquilo que está a acontecer.

- **A conversão das relações** convida a observar de que modo estão a mudar as formas de escuta recíproca, de colaboração, de valorização dos carismas e dos ministérios, bem como o modo de viver a fraternidade e a corresponsabilidade.
- **A conversão dos processos eclesiais** leva-nos a observar como estão a evoluir as formas através das quais a comunidade discerne, toma decisões, exerce as responsabilidades, promove a cultura da transparência, da prestação de contas e da avaliação, cuida da formação e organiza a própria vida.
- **A conversão dos vínculos** ajuda a reconhecer como se vão alargando os horizontes da comunhão: nas relações com as outras Igrejas locais, com as outras Igrejas e comunidades cristãs, com os crentes de outras religiões, com as instituições e realidades do território e, ainda, na crescente assunção da responsabilidade pelo bem comum.

Estas três conversões não definem percursos independentes entre si. Pelo contrário, oferecem diferentes perspetivas para reler os mesmos processos de transformação, permitindo que se manifeste toda a sua riqueza e interligações. **Desta forma, torna-se possível reconhecer, em conjunto, o rosto de Igreja que está a emergir e os caminhos através dos quais o Senhor continua a conduzir o seu crescimento.**

c) Dar forma ao relatório narrativo

O relatório narrativo toma forma através de um **trabalho de escrita que faz parte integrante da própria releitura**. Procurar as palavras mais adequadas significa reconhecer aquilo que é

essencial, estabelecer relações entre elementos e dinâmicas diversas e encontrar uma linguagem capaz de narrar, com fidelidade, o caminho percorrido pela Igreja local.

Tratar-se-á de um texto conciso, com uma extensão aproximada de **seis a oito páginas** (cerca de **3.000 a 4.000 palavras**). Respeitando a liberdade de cada Igreja local, poderá estruturar-se, de modo geral, em alguns momentos fundamentais:

- **uma breve introdução**, apresentando o processo de elaboração, a metodologia seguida e as pessoas, grupos ou organismos envolvidos;
- **o núcleo central do relatório**, que sintetiza os frutos da releitura anteriormente descrita;
- **uma breve conclusão**, que apresente o perfil de Igreja sinodal missionária que vai emergindo e as principais questões ou desafios que permanecem em aberto.

Se se considerar oportuno ilustrar concretamente o caminho descrito, poderão ser **anexadas** ao relatório narrativo algumas experiências significativas ou boas práticas⁸.

A aprovação final do relatório narrativo compete ao Bispo. Caso considere necessárias alterações ou aperfeiçoamentos, devolverá o texto à equipa sinodal, fundamentando as suas observações. Este trabalho deverá estar concluído antes da Assembleia, sendo o relatório disponibilizado aos participantes com a devida antecedência.

2. Preparar e viver a Assembleia de avaliação

Concluída a elaboração do relatório narrativo, abre-se uma nova etapa do caminho. **Convocada pelo Bispo, a Igreja local reúne-se em Assembleia para acolher, partilhar e interpretar a releitura da experiência apresentada nesse relatório e para discernir os passos seguintes**, renovando o seu compromisso de crescer como Igreja cada vez mais sinodal e missionária.

É importante reservar à Assembleia o tempo necessário para que os diferentes momentos que a compõem se possam suceder serenamente. Na maior parte dos casos, será conveniente prever pelo menos **um dia completo (ou duas meias jornadas) ou, sempre que possível, dois dias**, ainda que separados no tempo.

A Assembleia é, antes de mais, uma experiência profundamente espiritual. **A oração — litúrgica e pessoal — o silêncio, o trabalho em pequenos grupos, os momentos plenários, os intervalos e até o cuidado posto na organização dos espaços contribuem para criar as condições** necessárias para que os participantes se escutem mutuamente, se abram à escuta do Espírito Santo e, assim, possam discernir a direção do caminho futuro.

⁸ Será possível anexar não só textos, mas também uma imagem significativa, escolhidas pela equipa sinodal, que expresse de forma sintética o conteúdo do relatório, ou ainda indicar algumas passagens bíblicas que tenham sido de particular ajuda ao longo do percurso: poderão ser úteis para a reflexão e a oração sobre o relatório, na preparação para a realização da Assembleia.

O seu valor ultrapassa largamente os documentos que dela resultarão. A Assembleia constitui, ela própria, uma verdadeira experiência de sinodalidade: ao fazer memória do caminho percorrido, a Igreja local continua a aprender um estilo de escuta, de corresponsabilidade e de discernimento que é chamada a preservar e a desenvolver na sua vida ordinária.

a) A preparação da Assembleia

Como qualquer momento significativo da vida da Igreja, também a Assembleia requer uma preparação cuidada.

As orientações relativas à composição da Assembleia, aos critérios de participação, ao método de trabalho e aos aspetos organizativos encontram-se no documento *Rumo às Assembleias 2027-2028*. A terceira parte destas *Notas* reproduz alguns dos textos mais relevantes⁹. Aqui sublinham-se apenas algumas atenções que podem contribuir para que a Assembleia se torne uma experiência verdadeiramente significativa.

- **disponibilizar atempadamente** o relatório narrativo aos participantes, para que o possam ler pessoalmente, em clima de oração e reflexão;
- cuidar da **preparação espiritual da Assembleia**, valorizando a escuta da Palavra de Deus, os tempos de silêncio, a qualidade das conversações e tudo aquilo que favoreça um ambiente de confiança, liberdade interior e escuta recíproca;
- **preparar com atenção as pessoas chamadas a facilitar os trabalhos dos grupos**, pois a familiaridade com o método e a capacidade de preservar um clima de escuta e de oração constituem um precioso serviço para toda a Assembleia;
- **organizar cuidadosamente os espaços, os tempos e a disposição da sala**, de modo a favorecer a participação, a escuta recíproca e a qualidade das relações;
- alternar com equilíbrio e de modo integrado **os tempos de oração e de celebração, o trabalho em pequenos grupos e as sessões plenárias**, para que a escuta da Palavra, a força da Eucaristia, a profundidade das conversações e o discernimento comum se iluminem e sustentem mutuamente;
- definir um **calendário de trabalhos** que reserve tempo suficiente tanto para **retomar sobre o relatório narrativo** como para a **redação da carta às Igrejas**, evitando que esta última tarefa fique excessivamente concentrada nos momentos finais;
- pensar desde o início na forma de **devolver à comunidade e aos meios de comunicação** mais adequados à realidade local, para partilhar o relatório narrativo e a carta às Igrejas, de modo que toda a comunidade possa ser sempre mais envolvida neste caminho.

⁹ Cf. E: *A Assembleia de avaliação*.

b) O desenvolvimento da Assembleia

Também o trabalho da Assembleia é orientado pela pergunta fundamental que acompanhou todo o processo de avaliação da implementação do Sínodo e que já terá acompanhado a redação do relatório narrativo:

que rosto concreto de Igreja sinodal missionária e que novos caminhos de sinodalidade emergiram — e continuam a emergir — na nossa Igreja local?

A consciência de sermos um verdadeiro «nós eclesial» amadurece através do diálogo, da consciência de uma memória partilhada e do compromisso de caminhar juntos segundo a direção reconhecida mediante um discernimento eclesial realizado em comum.

Retomar o relatório narrativo

O primeiro momento da Assembleia consiste em fazer memória do caminho percorrido, cuja primeira releitura é oferecida pelo relatório narrativo. A Assembleia é chamada a escutá-lo atentamente, deixando-se interpelar pelo que nele é narrado e assumindo-o, aprofundando-o com o contributo de todos os participantes, para o tomar como releitura do caminho vivido.

A **conversação no Espírito** é o método de trabalho: ela ajuda a passar das experiências pessoais para o reconhecimento daquilo que pertence verdadeiramente ao caminho comum, permitindo identificar e reelaborar, em conjunto, aquilo que melhor exprime o sentido da caminhada da comunidade e o que nela foi aprendido. Será importante que cada grupo possa contar com um facilitador devidamente preparado para acompanhar o diálogo e cuidar do método.

Deste modo, o relatório narrativo vai adquirindo progressivamente a sua forma definitiva. Os contributos, os aprofundamentos e os enriquecimentos surgidos durante a Assembleia farão dele não apenas o resultado do trabalho da equipa sinodal, mas a expressão reconhecida e partilhada por toda a Igreja local. À luz do modo como decorrerem os trabalhos, caberá ao Bispo indicar à equipa sinodal a forma mais adequada de integrar esses contributos da Assembleia na redação final do relatório, antes da sua entrega à equipa sinodal nacional (ou regional).

Escrever a carta às outras Igrejas

Além do relatório narrativo, a Assembleia prepara igualmente **uma carta** com cerca de duas páginas (aproximadamente 1 000 palavras) **dirigida às outras Igrejas**¹⁰. Esta iniciativa inspira-se na antiga tradição das “**cartas de comunhão**” (*litterae communionis*), através das quais cada Igreja local testemunhava a sua fé, tornando visível a comunhão que unia todas as Igrejas. A redação da carta constitui uma tarefa importante da Assembleia e deverá dispor do tempo necessário para ser realizada com serenidade.

Para orientar este trabalho poderá ser útil imaginar que a carta é dirigida a uma Igreja irmã concreta — talvez uma Igreja com a qual já exista uma relação de proximidade ou que, por algum motivo, seja particularmente próxima. Esta opção poderá favorecer um estilo simples, direto e comunicativo, evitando que a carta adquira o tom de um relatório. Embora escrita a

¹⁰ Se assim se desejar, a carta escrita poderá ser acompanhada por uma versão em vídeo, **que a transmita através de outra linguagem.**

partir dessa relação privilegiada, será partilhada com todas as Igrejas, começando pelas da respetiva Conferência Episcopal.

A carta poderá organizar-se livremente e com criatividade, em torno de alguns elementos essenciais:

- uma **breve apresentação** da própria Igreja e do contexto sociocultural em que vive;
- **a partilha daquilo que foi aprendido ao longo do caminho**, evidenciando os traços da Igreja sinodal que mais claramente amadureceram;
- **a apresentação dos principais passos** que se deseja dar no futuro ou das intuições pastorais que se pretendem desenvolver;
- uma **palavra de esperança** e de encorajamento dirigida às outras Igrejas.

Também aqui a conversação no Espírito poderá constituir o método de trabalho, alternando momentos em pequenos grupos e sessões plenárias, de modo a identificar consensualmente os aspetos mais significativos a incluir na carta. Se razões práticas impedirem a redação definitiva durante a própria Assembleia, caberá ao Bispo indicar a forma mais adequada de concluir o texto, sempre a partir das orientações e do discernimento realizados pela Assembleia. Em qualquer caso, compete ao Bispo diocesano (ou eparquial) validar a versão final da carta, reconhecendo-a como expressão autêntica do caminho percorrido pela Igreja local e do trabalho desenvolvido na Assembleia.

c) Os frutos da Assembleia

O relatório narrativo e a carta às Igrejas constituem o contributo que cada Igreja local oferece ao caminho comum das outras Igrejas e de toda a Igreja. Se o relatório narrativo conserva a memória do caminho percorrido, a carta transmite essa experiência **no espírito da troca de dons** que caracteriza esta etapa do processo sinodal. Depois de aprovados pelo Bispo, ambos os documentos serão enviados à equipa sinodal nacional (ou regional), como contributo para a etapa seguinte de discernimento, e remetidos à Secretaria Geral do Sínodo até 30 de junho de 2027 (synodus@synod.va).

Ao partilhar a sua experiência, cada Igreja **toma mais clara consciência daquilo que a une às restantes Igrejas e, ao mesmo tempo, reconhece os dons particulares que o Senhor lhe confiou para enriquecer o caminho comum.**

Deste modo, **o caminho não termina; pelo contrário, abre-se uma nova etapa.** Por um lado, **cada Igreja local prossegue, com maior consciência,** o seu percurso de conversão e de reforma, à luz daquilo que reconheceu e aprendeu. Por outro, **alargam-se progressivamente os horizontes da comunhão,** uma vez que as etapas seguintes do processo permitirão às Igrejas escutar-se mutuamente, colocar em diálogo as respetivas experiências e continuar, juntas, o caminho de toda a Igreja.

3. Alguns materiais de referência

*As páginas a seguir apresentam uma seleção de trechos dos documentos de referência do caminho sinodal: Documento Final (DF), Pistas para a fase de implementação do Sínodo 2025–2028 (PI) e Rumo às Assembleias 2027–2028. Etapas, critérios e instrumentos para a preparação (RA). Foram selecionadas as indicações de **caráter mais operacional**, reunindo-as em um único lugar para apoiar o trabalho das Igrejas locais, em particular das equipas sinodais.*

Para outros aspectos fundamentais do caminho — como o horizonte eclesiológico da sinodalidade, as conversões às quais o Sínodo nos convida, a prática da Conversa no Espírito, o sentido da fase de implementação, entre outros — remete-se aos documentos de referência, que conservam toda a sua validade e constituem o quadro de referência de todo o percurso.

A. Calendário do processo

(PI)

- de junho de 2025 – a dezembro de 2026: percursos de implementação nas Igrejas locais e nos seus agrupamentos;
- primeiro semestre de 2027: Assembleias de avaliação nas Dioceses e Eparquias;
- segundo semestre de 2027: Assembleias de avaliação nas Conferências episcopais nacionais e internacionais, nas Estruturas hierárquicas orientais e noutros agrupamentos de Igrejas;
- primeiro quadrimestre de 2028: Assembleias continentais de avaliação;
- outubro de 2028: Assembleia Eclesial no Vaticano.

B. A etapa do “Fazer memória”

B.1 O sentido da etapa

(RA) «A etapa das Igrejas locais (Dioceses e Eparquias) situa-se no primeiro semestre de 2027 como um tempo de memória e de discernimento. Não se trata de um simples exercício de reconstrução, mas de um ato eclesial: **recolher e reconhecer o que aconteceu, captar o seu significado, deixar emergir aquilo que está a germinar**. Neste contexto, fazer memória não significa olhar para o passado, mas ler o presente à luz da ação do Espírito Santo na história e na vida das comunidades. O horizonte de trabalho desta etapa é, antes de mais, **narrativo**.

Nesta etapa, a Igreja local é chamada, antes de tudo, a **recolher e a pôr em relação as experiências iniciadas**: novas formas de presença missionária, práticas de corresponsabilidade, percursos de escuta, transformações nos processos de decisão, reformas das estruturas. Trata-se de narrar, evidenciando dinâmicas, etapas e aprendizagens, tendo presente a tríplice conversão eclesial evidenciada no Documento Final: a conversão das relações, dos processos de decisão e dos vínculos entre as Igrejas e com os territórios. Neste

quadro, será importante manter unidas as dimensões pessoal e comunitária da conversão, sem descuidar o plano das reformas estruturais».

B.2 A articulação da etapa

(RA) «Esta etapa desenvolve-se através de dois momentos estreitamente ligados e complementares.

- O primeiro consiste **numa releitura espiritual da experiência**, a realizar antes da Assembleia, que permite recolher, organizar e clarificar o que foi vivido nos diversos âmbitos. Fruto deste trabalho será o relatório narrativo.
- O segundo momento é **a Assembleia propriamente dita**, na qual esta primeira elaboração é acolhida, partilhada e interpretada de modo orgânico: é aqui que, através da escuta recíproca e do discernimento comum, amadurece uma compreensão mais profunda do caminho e se identificam os elementos essenciais a guardar e a relançar.

Ambos os momentos estão orientados tanto para o crescimento interno da comunidade como para a comunicação com as outras Igrejas locais: aquilo que amadureceu é reconhecido e oferecido como contributo para um caminho eclesial mais amplo. Por isso, a Assembleia será também ocasião para redigir uma Carta às outras Igrejas, partilhando com elas os frutos mais significativos do percurso de avaliação».

B.3 A pergunta-guia

(RA) «Para preservar a unidade deste processo, propõe-se uma pergunta comum que possa orientar o trabalho a todos os níveis, deixando a cada etapa a tarefa de a adaptar ao seu próprio contexto:

*À luz do caminho empreendido após a conclusão do Sínodo 2021-2024,
e com vista a oferecer os seus frutos como dom às outras Igrejas e ao Santo Padre:
**qual rosto concreto de Igreja sinodal missionária
e que novos caminhos de sinodalidade
estão a surgir na sua comunidade?***

Esta pergunta convida-nos a reler em oração a experiência da atuação do *Documento Final*: as práticas iniciadas, os novos começos, as transformações em curso, mas também as dificuldades encontradas. Ao mesmo tempo, esta questão ativa um processo narrativo e comunicativo entre as Igrejas, ajudando-as a não se isolarem, mas a situarem as suas experiências num horizonte mais vasto de comunhão».

C. A equipa sinodal diocesana ou eparquial

A equipa sinodal anima e acompanha o processo de implementação do Sínodo na Igreja local. Atua sob a responsabilidade do Bispo, promove a participação, sustenta os percursos de formação e ajuda a preparar a Assembleia e a recolher os frutos do caminho.

C.1 O papel das equipas sinodais

(PI) «As equipas sinodais com uma composição adequadamente variada poderão tornar-se mais facilmente laboratórios de sinodalidade, experimentando dentro de si mesmas as dinâmicas que são chamadas a promover no Povo de Deus.

O seu papel na fase de implementação é, antes de mais, promover e facilitar o crescimento do dinamismo sinodal dentro dos contextos concretos em que cada Igreja local vive; identificar as ferramentas e metodologias adequadas, incluindo propostas de formação; e levar a cabo as iniciativas adequadas para que sejam dados os passos necessários».

(PI) «As equipas sinodais são ordinariamente constituídas a nível diocesano ou epárquico, mas, sempre que possível, é também desejável a sua presença a nível decanal ou paroquial. Experiências interessantes já estão se desenvolvendo em vários contextos eclesiais, que mostram como essas equipas, devidamente interligadas, podem contribuir para tornar o processo sinodal mais amplo e participativo».

(RA) «Nesta perspetiva, as equipas sinodais não são meramente estruturas operacionais, mas órgãos que desenvolveram uma experiência de escuta e responsabilização que deve ser preservada e melhorada. Por esta razão, onde ainda não o tenha sido feito, é essencial reativar e apoiar as equipas sinodais diocesanas, nacionais e continentais, comunicando a sua composição à Secretaria Geral do Sínodo»¹¹.

C.2 A composição das equipas sinodais

(PI) «Os critérios para a sua composição continuam a ser aqueles já indicados durante a fase de consulta e de escuta: **Leigas e Leigos, Presbíteros e Diáconos, Consagradas e Consagrados de diferentes idades e portadores de diferentes culturas e modelos de formação, representando os diferentes ministérios e carismas da Igreja**. Por esta razão, não é possível definir regras de composição universalmente válidas. Valorizando a experiência adquirida até este momento, podemos oferecer alguns pontos de reflexão:

- a) Para favorecer a conexão com a vida e a pastoral da Diocese, seria bom que alguns dos **responsáveis diocesanos** fizessem parte dela.
- b) Para assegurar a orientação missionária e evitar o risco de fechamentos autorreferenciais, exatamente como para os organismos de participação (cf. DF, 106), seria bom prever que as equipas sinodais incluíssem também **pessoas empenhadas no testemunho e no serviço apostólico** na vida ordinária e nas dinâmicas sociais.
- c) Além disso, poder-se-ia avaliar a oportunidade de convidar, como **observadores**, também alguns **representantes de outras Igrejas e comunidades cristãs** ou de outras religiões.
- d) Nada impede que **o Bispo** faça parte da equipa sinodal; se tal não acontecer, deve ser regularmente informado sobre o seu trabalho e reunir-se com ela sempre que oportuno.

¹¹ A inscrição das equipas sinodais no banco de dados da Secretaria Geral do Sínodo é feita através de um link que deve ser solicitado escrevendo para o endereço synodus@synod.va.

Quanto às exigências de cada membro, o conhecimento do DF é certamente fundamental, juntamente com a experiência direta das dinâmicas sinodais, em particular as vividas durante a fase de consulta e escuta. Nos últimos anos, têm surgido escolas ou iniciativas de formação em sinodalidade a nível nacional e internacional, as quais também se podem recorrer para tornar mais sólida a preparação dos membros das equipas sinodais».

C.3 As equipas sinodais e os organismos de participação

(PI) «O âmbito de competência das equipas sinodais não se sobrepõe, mas articula-se com a dos organismos de participação, em chave de busca de sinergias. As equipas sinodais são constituídas para o serviço de animação e formação sinodal da Diocese ou Eparquia. Os organismos de participação são chamados a desempenhar a tarefa propositiva e consultiva que lhes é atribuída pelo direito canónico. Por isso, cabe-lhes contribuir na elaboração das decisões necessárias à implementação do Sínodo, com o discernimento das prioridades pastorais ou a renovação das estruturas e dos processos de decisão. Uma conexão regular e uma circulação pontual de informações tornarão o trabalho de todos mais fluido».

D. Para o relatório narrativo

(RA) «Para apoiar este trabalho e favorecer a sua concretização, a partir das *Pistas*, sugerem-se alguns âmbitos nos quais as Igrejas locais poderão interrogar-se para reconhecer passos de receção e de desenvolvimento:

- promoção de uma espiritualidade sinodal (cf. DF, nn. 43-46) e de uma liturgia em chave sinodal (cf. DF, n. 27);
- valorização dos ministérios e carismas; acesso dos fiéis leigos a funções de liderança que não requerem o sacramento da Ordem e a outras responsabilidades eclesiais (cf. DF, nn. 60, 75-77);
- prática do discernimento eclesial (cf. DF, nn. 81-86), processos de decisão em estilo sinodal (cf. DF, nn. 93-94) e funcionamento dos organismos de participação em estilo sinodal (cf. DF, nn. 103-106);
- desenvolvimento de práticas de transparência, prestação de contas e avaliação (cf. DF, nn. 95-102);
- renovação missionária das paróquias e comunidades locais (cf. DF, nn. 117-119);
- vínculos entre dioceses vizinhas, nas regiões e entre países (cf. DF, n. 124);
- estilo sinodal nas relações ecuménicas (cf. DF, nn. 137-138);
- estilo sinodal nas relações inter-religiosas (cf. DF, n. 123);
- estilo sinodal na presença organizada na sociedade (educação, cultura, promoção humana, acolhimento, saúde, etc.; cf. DF, n. 118) e na promoção da paz, da justiça e do cuidado da casa comum (cf. DF, nn. 47-48, 121);

- atividades de formação para a sinodalidade (cf. DF, nn. 143-151) e carácter sinodal dos percursos de Iniciação cristã (cf. DF, n. 142);
- etc.

Esta lista, que não é exaustiva, deve ser entendida como um auxílio para não negligenciar dimensões relevantes da experiência. Cada Igreja local é convidada a dar especial atenção aos âmbitos que se revelam mais significativos no seu contexto, **sem obrigação de os abordar todos**. Em todo o caso, é essencial que a releitura não se concentre exclusivamente na vida interna da comunidade cristã, mas mantenha aberta a perspetiva missionária: **de que modo a experiência de implementação do Sínodo contribuiu — e pode contribuir — para tornar a Igreja mais capaz de anunciar o Evangelho nas situações concretas da vida humana e social?»**.

E. A Assembleia de avaliação

E.1 O sentido das Assembleias e o termo “avaliação”

(RA) «As Assembleias previstas para os próximos anos **constituem um passo decisivo na implementação do Sínodo**. Como já foi destacado nas Pistas, não se trata de acrescentar uma etapa formal nem de repetir o que já foi vivido nas fases análogas do Sínodo 2021-2024, mas de ajudar as Igrejas a transformar a experiência vivida em sabedoria partilhada. O que está em jogo não é a simples continuidade de um processo, mas o seu amadurecimento.

A intenção é simultaneamente simples e exigente: reconhecer o que o Espírito Santo fez crescer, compreender as dificuldades ainda presentes no caminho e identificar com realismo e confiança os passos a dar. Neste sentido, as Assembleias não são uma verificação técnica, mas ocasiões de discernimento, de corresponsabilidade e de ação de graças, num processo partilhado por toda a Igreja».

(RA) «Uma Assembleia de avaliação (*assessment*) é **um processo espiritual e um momento celebrativo em que se fazem emergir os traços principais de um caminho comunitário de crescimento na sinodalidade**, que é uma dimensão essencial da vida da Igreja, enraizada na comunhão e orientada para a missão».

(RA) «As Assembleias e a sua preparação não visam repetir o processo de consulta do Sínodo, mas sim **aprender com a experiência vivida, reconhecer os frutos e as dificuldades, recalibrar as prioridades** e os processos à luz de um discernimento cuidadoso, fortalecer a corresponsabilidade entre as entidades eclesiais e fomentar uma troca autêntica de dons entre as Igrejas».

(RA) «As Assembleias não esgotam o percurso, mas representam um momento de síntese e de relançamento: o que nelas é reconhecido e partilhado visa orientar os passos subsequentes, nutrir o diálogo entre as Igrejas e apoiar a continuidade do processo de crescimento sinodal missionário».

E.2 A composição das Assembleias

(RA) «A **composição das Assembleias** deve ser coerente com o seu propósito. Não se trata simplesmente de representar uma diocese ou a Igreja de um país ou região, mas de assegurar a presença de pessoas que conheçam os processos em curso e sejam capazes de os interpretar teológica e pastoralmente. A seleção dos participantes deve assegurar uma atenção adequada às relações entre homens e mulheres e entre diferentes gerações, à diversidade cultural e eclesial – incluindo presbíteros, diáconos, consagrados e consagradas, membros de associações, movimentos e novas comunidades, bem como fiéis não incluídos em estruturas organizadas – e à presença de pessoas que vivenciam situações de vulnerabilidade ou marginalização¹². Deve ser dada especial atenção ao envolvimento dos párocos. É também importante valorizar as vozes não diretamente ligadas à estrutura eclesial e, onde apropriado, incluir a participação de representantes de outras Igrejas e Comunhões cristãs ou de outras religiões. Os níveis e métodos de participação podem variar de acordo com os contextos culturais, as competências e as experiências, mas **é essencial que os participantes estejam disponíveis para apoiar o processo também para além de 2028**, ajudando a garantir a sua continuidade».

(RA) «Uma vez que o número de participantes nas reuniões presenciais será necessariamente limitado, é também necessário disponibilizar modalidades que permitam ao maior número possível de fiéis sentirem-se verdadeiramente parte do processo».

(RA) «Ao mesmo tempo, a importância das reuniões presenciais, mesmo durante a fase de preparação, como oportunidades insubstituíveis de escuta mútua e discernimento partilhado, não deve ser subestimada».

F. O papel das equipas sinodais nacionais ou regionais

(PI) «É-lhes pedido que: **apoie os processos** em curso a nível local, especialmente onde ainda se encontram na fase inicial, estimulando as Igrejas locais; **incentivem a coordenação** e o trabalho em rede das equipas sinodais diocesanas; ofereçam formação, tendo em conta as propostas das escolas e as iniciativas de formação em sinodalidade presentes nos diferentes territórios (em particular para os membros das equipas e para aqueles que estão mais diretamente envolvidos na animação do processo de implementação); **promovam a reflexão teológica e pastoral**, em particular tendo em vista de uma melhor inculturação no contexto local dos materiais preparados pela Secretaria Geral».

G. O apoio da Secretaria Geral do Sínodo

(PI) «Na medida do possível, a Secretaria Geral está também disponível para acompanhar cada uma das Igrejas locais, bem como os Institutos de vida consagrada e as Sociedades de vida apostólica, as Associações, os Movimentos e as Novas Comunidades, ou outras instituições eclesiais que o solicitem, com atenção prioritária para as Igrejas com menos recursos. **A**

¹² Para garantir a participação efetiva das pessoas em situação de pobreza e marginalização, poderá ser necessário confiar esta tarefa a pessoas competentes, para que também o seu contributo possa ser realmente tido em conta e valorizado no discernimento comum.

Secretaria Geral compromete-se a ter sempre “a porta aberta”¹³, para atender às exigências, às intuições e às propostas que cheguem das Igrejas locais, e para facilitar o seu trabalho procurando dar resposta aos pedidos que sejam enviados a propósito dos conteúdos e das metodologias da fase de implementação».

¹³ O endereço de e-mail para o qual se deve escrever é: synodus@synod.va.